

26 JAN 1995

GAUDÊNCIO TORQUATO

ESTADO DE SÃO PAULO Pela moralidade parlamentar



**Político virou
sinônimo
de coisa ruim.
Decisões
revoltam a
sociedade**

Antes de mais nada, é preciso que se diga: o Parlamento é a instituição que representa, por excelência, os ideais democráticos. Ele exprime a vontade popular e é ponto de confluência da amálgama social. A crítica aos parlamentares, por isso mesmo, não se dirige ao Congresso Nacional, enquanto entidade, como querem fazer entender certos parlamentares, que procuram usar escudo institucional para se defender das críticas. É preciso também ressaltar a seriedade, a ética e a dignidade com que um grupo de parlamentares cumpre a missão. Mas não se pode deixar de denunciar o espírito de corpo das duas Casas legislativas em episódios que realçam a defesa de interesses pessoais.

A aprovação do salário de R\$ 8 mil, pago 15 vezes ao ano, resultará em R\$ 10 mil mensais, chegando a quase US\$ 12 mil. O parlamentar brasileiro ganhará, assim, mais que o parlamentar norte-americano, hoje com um salário de US\$ 11 mil, que o italiano, em torno de US\$ 10,5 mil, o alemão, que recebe US\$ 6,5 mil, e o francês, com US\$ 5,625 mil.

Comparando com a iniciativa privada, até pode não ser um salário astronômico, pois executivos de pri-

meira linha recebem salários de US\$ 15 mil a US\$ 20 mil. É preciso, porém, considerar a outra ponta. O salário mínimo, no País, é um dos menores do mundo. Vem abaixo do México, Uruguai, Venezuela, Argentina, onde o mínimo chega a US\$ 200, e até do nosso pobre Paraguai, que paga US\$ 145. Para ganhar os US\$ 120 mil que um parlamentar deve receber, por ano, um trabalhador com salário mínimo de R\$ 70 teria de suar a camisa durante 143 anos.

Sabe-se, ainda, que a semana de trabalho parlamentar é muito magra. Trabalha-se nas terças, quartas e quintas. Está certo que os parlamentares precisam conviver com suas bases. Também deve ser computada a ação dos congressistas nas comissões temáticas. Mas o que se vê no Congresso é a dispersão e, sobretudo, um índice pequeno de decisões legislativas. As medidas provisórias, em excesso, estão encolhendo e até anulando a ação parlamentar. O Congresso aprovou, ano passado, 131 leis, mas o presidente da República editou 405 medidas provisórias. E o voto de liderança tem transformado o plenário em coisa amorfa. O voto de 594 parlamentares é substituído pelo voto de cinco ou seis. Congressistas perambulam, jogando

conversa fora e decidindo pouco. Centenas de projetos se acumulam, muitos com cara de coisa absurda e outros com feição folclórica. (Até parece que são feitos para recheiar o currículo.)

Falta objetividade. As Mesas Diretoras acumulam grande poder. Decidem a pauta, as prioridades, sem consultar o plenário. As assessorias deveriam se preocupar em organizar as ênfases, os projetos homogêneos e de natureza afim. As súmulas são confusas. Cronogramas deixam de ser cumpridos. A ausência das votações e a presença em comissões carecem de sistemas mais rígidos de controle e punição. Os lobbies, por falta de legislação apropriada, acabam se infiltrando nos intestinos do sistema parlamentar, contaminando energias e corrompendo decisões. Para que saiam da clandestinidade urge aprovar sua regulamentação. O número de assessores também é excessivo, o que confere às duas Casas um aspecto de feira de Bagdá.

A indignação popular é resultante de um conjunto de distorções, muitas apontadas pela mídia, outras transmitidas pela intensa cultura oral do País. O político virou sinônimo de coisa ruim. E, para complicar, os parlamentares parecem insensíveis ao clamor da sociedade. Tomam decisões que revoltam a opinião pública. É um absurdo defender a ideia de que o culpado é o povo, que elege os parlamentares. O povo elege o representante na confiança de que ele estará sempre a serviço das cau-

sas dos representados. Ao votar, o eleitor cumpre o dever cívico de defender a participação no processo político e preservar sua cidadania. Não está dando direito ao representante de votar contra os interesses sociais. Ou seja, o desvio é feito pelo parlamentar, e não pelo eleitor.

Por tudo isso, chegou a hora de o Congresso Nacional promover uma reciclagem nos métodos. Sob pena de continuar a ser massacrado pela fúria popular. O abismo entre a instituição política e a sociedade se acentua todas as vezes em que se exibem dados e situações de contraste entre a vida do congressista e a vida de outros cidadãos. A propósito, esta semana um coronel da Aeronáutica, com 32 anos de serviço, fluente em francês, se ofereceu, em anúncio, para trabalhar como motorista particular. Seus soldos somam R\$ 1.850. Enquanto isso, o deputado federal Wilson Campos, do PSDB de Pernambuco, ao justificar o reajuste de 140% para os parlamentares, lembrou ser pai de quatro filhos, portanto com uma imensa folha de despesas mensais. Esqueceu de lembrar que Carlos Wilson, seu filho, eleito senador, ganhará também 15 salários anuais. Esqueceu de lembrar, também, que há médicos com salários de R\$ 400. E que milhares de professores, em todo o País, muitos com mais de quatro filhos, vivem com salários de menos de R\$ 300.

■ Gaudêncio Torquato, jornalista, é professor titular da USP e analista político